



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

CERTAME SELETIVO PÚBLICO

EDITAL Nº 001/2022

EMPREGO: **ADVOGADO** (NÍVEL SUPERIOR)

Língua Portuguesa/Interpretação de Texto: 01 a 10; **Matemática:** 11 a 15;
Conhecimentos Gerais: 16 a 20; **Conhecimentos Específicos:** 21 a 40.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

| | |
|----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 | Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões. |
| 2 | A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta. |
| 3 | Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta. |
| 4 | O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários. |
| 5 | Este caderno de provas contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d). |
| 6 | Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta. |
| 7 | Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal. |
| 8 | Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta. |
| 9 | Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta. |
| 10 | Assine o cartão-resposta no local indicado. |
| 11 | Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura. |
| 12 | Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova. |
| 13 | Depois de entregue o cartão-resposta, não será permitido ao candidato utilizar os sanitários do local de prova. |
| 14 | O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas. |
| 15 | É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-resposta. |

Identificação do candidato

| Nome (em letra de forma) | Nº do Documento |
|--------------------------|-----------------|
| | |

**QUESTÕES DE 01 A 10 -
LÍNGUA PORTUGUESA/INTERPRETAÇÃO
DE TEXTOS**

Considere o trecho a seguir, extraído de um dos escritos de Lima Barreto, para responder as próximas questões.

“A vida não pode ser uma dor, uma humilhação de contínuos e burocratas idiotas; a vida deve ser uma vitória. Quando, porém, não se pode conseguir isto, a morte é que deve vir em nosso socorro. A covardia mental e moral do Brasil não permite movimentos de independência; ela só quer acompanhadores de procição, que só visam lucros ou salários nos pareceres. Não há, entre nós, campo para as grandes batalhas de espírito e inteligência. Tudo aqui é feito com o dinheiro e os títulos. A agitação de uma ideia não repercute na massa e, quando esta sabe que se trata de contrariar uma pessoa poderosa, trata o agitador de louco. Nunca foram os homens de bom senso, os honestos burgueses ali da esquina, que fizeram as grandes reformas no mundo. Todas elas têm sido feitas por homens, e às vezes mesmo mulheres, tidos por doidos. A divisa deles consiste em não seguir a opinião de todos, por isso mesmo podem ver mais longe do que os outros. Se nós tivéssemos sempre a opinião da maioria, não teríamos ainda saído das cavernas. O que é preciso, portanto, é que cada qual respeite a opinião de qualquer, para que desse choque surja o esclarecimento do nosso destino, para própria felicidade da espécie humana. Entretanto, no Brasil, não se quer isto. Procura-se abafar as opiniões, para só deixar em campo os desejos dos poderosos e prepotentes. Os órgãos de publicidade por onde se podiam elas revelar são fechados e não aceitam nada que os possa lesar. Dessa forma, quem, como eu, nasceu pobre e não quer ceder uma linha da sua independência de espírito e inteligência, só tem que fazer elogios à morte”. (Elogio da morte, com adaptações).

01. Em relação à interpretação geral desse trecho, pode-se afirmar que o autor:

- a) acredita no poder da maioria, e não no do indivíduo, para melhorar o mundo.
- b) considera-se privilegiado, por ter nascido, como se diz, em “berço de ouro”.
- c) se vê obrigado a elogiar a morte, dadas as misérias da sua vida.
- d) tece elogios à vida cultural brasileira, não obstante suas peculiaridades.

02. Ainda na parte inicial do texto, no trecho “quando, porém, não se pode conseguir isto”, o pronome demonstrativo “isto” recupera no texto:

- a) a covardia mental e moral do Brasil.
- b) a humilhação de contínuos e burocratas idiotas.
- c) a ideia de que a vida deve ser uma vitória.
- d) os lucros ou salários nos pareceres.

03. Dentre as opções a seguir, marque a que melhor indica o tipo de texto a que pertence o trecho selecionado, escrito por Lima Barreto.

- a) Crônica.
- b) Fábula.
- c) Parábola.
- d) Poesia.

04. Em respeito ao trecho “não há, entre nós, campo para as grandes batalhas de espírito e inteligência”, marque a alternativa que indica uma palavra que poderia substituir o termo “campo”, sem deturpar o sentido da oração.

- a) espaço.
- b) facção.
- c) gleba.
- d) província.

05. Quanto aos indivíduos que “fizeram as grandes reformas no mundo”, marque a alternativa que NÃO indica uma de suas características, segundo o autor do texto.

- a) Não seguem a opinião de todos.
- b) Podem ver mais longe do que os outros.
- c) Só visam lucros ou salários nos pareceres.
- d) Têm sido tidos por doidos.

Leia o texto a seguir, escrito por Rubem Braga, para responder as questões a seguir.

“Os americanos, através do radar, entraram em contato com a Lua, o que não deixa de ser emocionante. Mas o fato mais importante da semana aconteceu com o meu pé de milho. Aconteceu que no meu quintal, em um monte de terra trazido pelo jardineiro, nasceu alguma coisa que podia ser um pé de capim – mas descobri que era um pé de milho. Transplantei-o para o exíguo canteiro na frente da casa. Secaram as pequenas folhas, pensei que fosse morrer. Mas ele reagiu. Quando estava do tamanho de um palmo veio um amigo e declarou desdenhosamente que na verdade aquilo era capim. Quando estava com dois palmos veio outro amigo e afirmou que era cana. Sou um ignorante, um pobre homem de cidade. Mas eu tinha razão. Ele cresceu, está com dois metros, lança as suas folhas além do muro – e é um esplêndido pé de milho. Já viu o leitor um pé de milho? Eu nunca tinha visto. Tinha visto centenas de milharais – mas é diferente. Um pé de milho sozinho, em um canteiro, espremido, junto do portão, numa esquina de rua – não é um número numa lavoura, é um ser vivo e independente. Suas raízes

roxas se agarram no chão e suas folhas longas e verdes nunca estão imóveis. Detesto comparações surrealistas – mas na glória de seu crescimento, tal como o vi em uma noite de luar, o pé de milho parecia um cavalo empinado, as crinas ao vento – e em outra madrugada parecia um galo cantando. Anteontem aconteceu o que era inevitável, mas que nos encantou como se fosse inesperado: meu pé de milho pendoou. Há muitas flores belas no mundo, e a flor de milho não será a mais linda. Mas aquele pendão firme, vertical, beijado pelo vento do mar, veio enriquecer nosso canteirinho vulgar com uma força e uma alegria que fazem bem. É alguma coisa de vivo que se afirma com ímpeto e certeza. Meu pé de milho é um belo gesto da terra. E eu não sou mais um medíocre homem que vive atrás de uma chata máquina de escrever: sou um rico lavrador da rua Júlio de Castilhos”. (Um pé de milho, com adaptações.)

06. Quanto à interpretação do texto, pode-se afirmar que o seu autor, perante o fato que descreveu, teve um sentimento de:

- a) antipatia.
- b) aversão.
- c) fascínio.
- d) ojeriza.

07. O autor do texto dá a entender que havia, em frente à sua casa, um “exíguo canteiro”. Em relação ao adjetivo “exíguo”, marque a alternativa que apresenta um de seus possíveis significados:

- a) Diminuto.
- b) Exuberante.
- c) Opulento.
- d) Pujante.

08. Em relação à fonética, marque a alternativa que indica apenas proparoxítonas que aparecem no texto.

- a) Anteontem, canteirinho, lavrador.
- b) Esplêndido, número, ímpeto.
- c) Ignorante, máquina, surrealistas.
- d) Medíocre, americanos, emocionante.

09. No trecho “Sou um ignorante, um pobre homem de cidade. Mas eu tinha razão”, a conjunção “mas” pode ser classificada como:

- a) aditiva.
- b) alternativa.
- c) adversativa.
- d) explicativa.

10. Em determinado momento de seu relato, o autor confessa detestar “comparações surrealistas”. Marque a alternativa que contém um excerto que exemplifique uma “comparação surrealista”, segundo o autor.

- a) “o pé de milho parecia um cavalo empinado”.
- b) “sou um rico lavrador da rua Júlio de Castilhos”.
- c) “suas folhas longas e verdes nunca estão imóveis”.
- d) “nasceu alguma coisa que podia ser um pé de capim”.

QUESTÕES DE 11 A 15 - MATEMÁTICA

11. Em uma turma há 20 alunos, alguns com 10 anos e outros com 11. A soma das idades de todos os alunos é 217. Quantos alunos dessa turma têm 11 anos?

- a) 13.
- b) 15.
- c) 17.
- d) 19.

12. Uma empresa que realiza pesquisas estatísticas entrevistou 100 pessoas para saber qual marca de sabonete compravam: Cheirosinho ou Bomcheiro e organizou uma tabela para representar as respostas dadas.

| Respostas | Quantidade de pessoas |
|-------------------------|-----------------------|
| Cheirosinho | 41 |
| Bomcheiro | 64 |
| Cheirosinho e Bomcheiro | 25 |

Quantas pessoas responderam que não compram nenhum dos dois sabonetes?

- a) 0.
- b) 20.
- c) 50.
- d) 75.

13. Lais fez um empréstimo de R\$ 12000,00 a juro simples por 3 anos, a uma taxa de 2% a.m. Ao final do período, qual o montante que Lais deve pelo empréstimo feito?

- a) R\$ 8640,00.
- b) R\$ 12720,00.
- c) R\$ 19200,00.
- d) R\$ 20640,00.

14. Um copo com 100 ml de água contém uma concentração de 5 g/ml de sal. Quanto de água deve ser adicionado no copo para a concentração de sal reduzir pela metade?

- a) 50 ml
- b) 100 ml
- c) 150 ml
- d) 200 ml

15. Cinco pessoas estão formando uma fila: André, Bruno, Carlos, Denise e Elisa. Sabe-se que:

- Carlos está em uma das extremidades da fila.
- Bruno está entre duas pessoas cujas iniciais são vogais.
- André está imediatamente depois de Denise na fila.
- Elise é a penúltima da fila.

Quem é o primeiro da fila?

- a) André.
- b) Bruno.
- c) Carlos.
- d) Denise.

QUESTÕES DE 16 A 20 - CONHECIMENTOS GERAIS

16. Considere a seguinte matéria jornalística, a respeito de uma atual crise nas relações internacionais, e marque a alternativa que preenche CORRETAMENTE a lacuna.

“O Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, voltou a aconselhar os seus cidadãos na _____ a deixarem o país, lembrando que um possível conflito entre as forças norte-americanas e russas será uma ‘guerra mundial’. ‘Os cidadãos norte-americanos devem sair agora’, referiu Biden. ‘Não é como se estivéssemos a lidar com uma organização terrorista. Estamos a lidar com um dos maiores exércitos do mundo. É uma situação muito diferente e as coisas podem enlouquecer rapidamente’, acrescentou”. (Diário de Notícias, 11/02/2022, com adaptações).

- a) Geórgia.
- b) Lituânia.
- c) Polónia.
- d) Ucrânia.

17. Em relação à composição do governo brasileiro, marque a alternativa que indica o nome que ocupa atualmente o cargo de Ministro da Infraestrutura.

- a) Marcelo Queiroga.
- b) Onyx Lorenzoni.
- c) Tarcísio Gomes de Freitas.
- d) Walter Braga Netto.

18. Mark Zuckerberg, diretor executivo do Facebook, revelou recentemente que a sua empresa iria mudar de nome. Marque a alternativa que indica o novo nome escolhido para a companhia.

- a) Alphabet.
- b) Cisco.
- c) Meta.
- d) Tencent.

19. Leia a notícia a seguir e marque a alternativa que contém o termo que preenche CORRETAMENTE a lacuna.

“O governo dos Estados Unidos está a pressionar as autoridades _____ a usarem os poderes federais para acabar com os bloqueios rodoviários organizados por caminhoneiros como forma de protesto contra a vacinação obrigatória. Os principais pontos de travessia da fronteira entre os dois países estão vedados desde o início da semana. Desde o final de janeiro que milhares de caminhoneiros têm bloqueado estradas à volta da capital, bem como algumas áreas da cidade, em protesto contra a obrigação de apresentação de certificado de vacinação contra a Covid-19 para atravessar a fronteira”. (Público, 11/02/2022, com adaptações).

- a) americanas.
- b) canadenses.
- c) francesas.
- d) mexicanas.

20. Dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável fixados pela Organização das Nações Unidas, no documento intitulado Agenda 2030, conta-se a igualdade de género. Marque a alternativa que NÃO indica um dos alvos pretendidos no que diz respeito a esse tópico.

- a) Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas, em toda parte.
- b) Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas.
- c) Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e envolvendo crianças.
- d) Preservar a diversidade cultural no tratamento de mulheres e meninas, inclusive os ritos locais de mutilações genitais.

QUESTÕES DE 21 A 40 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Constituição representa o ápice da “pirâmide jurídica”, servindo como referência para controle de constitucionalidade de todos os atos normativos. Admite-se, entretanto, na doutrina e na jurisprudência, a ampliação do parâmetro de controle. Trata-se do conceito de bloco de constitucionalidade. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Para o Supremo Tribunal Federal, princípios jurídicos constitucionais, ainda que implícitos, como o direito à busca da felicidade, podem servir como parâmetro de controle de convencionalidade.

b) Os tratados internacionais, que versem sobre direitos humanos e que forem aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais e, portanto, poderão servir de parâmetro de controle de constitucionalidade.

c) O bloco de constitucionalidade é constituído pelo próprio texto constitucional, pelos princípios constitucionais explícitos e implícitos e pelos tratados internacionais de direitos humanos incorporados ao ordenamento jurídico com envergadura de emenda constitucional.

d) De origem francesa, o conceito de bloco de constitucionalidade não se aplica ao Brasil, uma vez que servem de parâmetro de controle de constitucionalidade somente o texto constitucional, ainda que ampliado por força de incorporações de tratados de direitos humanos.

22. Sobre a organização do Estado brasileiro, especialmente no que diz respeito às competências materiais e legislativas dos Estados-membros, considerando o texto constitucional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é CORRETO afirmar que:

a) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

b) É constitucional lei estadual que visa à proibição do corte do fornecimento de água, por parte das empresas prestadoras de serviço público, por falta de pagamento, em dias determinados.

c) É compatível com a Constituição Federal ato normativo estadual que amplie as atribuições de fiscalização do Legislativo local e o rol de autoridades submetidas à solicitação de informações.

d) Os Estados poderão, após autorização em lei complementar federal, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

23. Assinale a alternativa INCORRETA, tendo por base o texto da Constituição da República de 1988.

a) As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.

b) Para fins de aposentadoria, será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, vedada a compensação financeira.

c) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo

Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição.

d) Na decretação de intervenção de Estado-membro em Município, no caso de o Tribunal de Justiça prover representação para assegurar a observância de princípio indicado na Constituição Estadual, dispensada a apreciação pela Assembleia Legislativa, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

24. A respeito dos contratos, assinale a alternativa CORRETA, conforme o Código Civil.

a) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao proponente.

b) É ilícito às partes estipular contratos atípicos, ainda que observadas as normas gerais fixadas no Código Civil.

c) Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

d) Pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.

25. A respeito dos direitos da personalidade, com base no Código Civil e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa CORRETA.

a) Como regra, o nome é imutável. A jurisprudência do STJ, entretanto, relativiza a imutabilidade, admitindo a mudança quando solicitada pelo titular, independentemente da motivação.

b) Ainda que autorizada, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

c) Os direitos da personalidade, em razão de sua própria natureza e conteúdo, são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício, em qualquer hipótese, sofrer limitação voluntária.

d) Para o STF, é incompatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.

26. Tendo em vista as disposições do Código de Processo Civil e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa CORRETA, a respeito da ação rescisória.

a) Decisão judicial homologatória de acordo entre as partes, transitada em julgado, pode ser objeto de ação rescisória.

b) O direito à rescisão se extingue em 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, ainda que referida decisão diga respeito somente à admissibilidade ou inadmissibilidade de recurso interposto nos autos, salvo comprovada má-fé.

c) Há erro de direito, a ensejar o cabimento da rescisória, quando a decisão rescindenda admitir fato inexistente ou quando considerar inexistente fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, em ambos os casos, que o fato não represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado.

d) A ação rescisória não pode ter por objeto apenas 1 (um) capítulo da decisão.

27. Com base exclusivamente nas disposições do Código de Processo Civil em vigor, assinale a alternativa INCORRETA.

a) As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente ilegítimos, ainda que não especificados no Código de Processo Civil, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

b) A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

c) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.

d) Admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial por um fundamento, devolve-se ao tribunal superior o conhecimento dos demais fundamentos para a solução do capítulo impugnado.

28. Tendo por base exclusivamente as disposições do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa CORRETA.

a) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, não se converte em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

b) A concessão de medida liminar em mandado de segurança não é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

c) Nenhum departamento da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, ou dos Municípios, ou sua autarquia, celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, salvo quando expressamente autorizado por lei.

d) A imposição de penalidade ilide o pagamento integral do crédito tributário.

29. Conforme previsto expressamente na Lei nº 8.666/93, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Sobre o tema, com base na legislação citada, assinale a alternativa INCORRETA.

a) No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, sucederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

b) São modalidades de licitação previstas na Lei 8.666/93: concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão.

c) As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

d) No caso da licitação do tipo “menor preço”, entre os licitantes considerados qualificados a classificação se dará pela ordem crescente dos preços propostos e havendo empate, a classificação se fará, respeitadas as preferências legais, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

30. A Constituição da República de 1988 (CR/88) prevê que a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição. Sobre o tema, com base na CR/88, é CORRETO afirmar que:

a) Compete privativamente à União legislar sobre desapropriação, sendo incabível e, portanto, inconstitucional, lei complementar que autoriza os Estados a legislar sobre questões desapropriatórias específicas.

b) Na desapropriação urbanística, por parte do Poder Público municipal, em razão de o proprietário não promover o adequado aproveitamento de seu imóvel, a indenização será paga mediante títulos da dívida pública, de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas semestrais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

c) Em relação à desapropriação para fins de reforma agrária, cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito ordinário, para o processo judicial de desapropriação

d) Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

31. A Constituição da República de 1988 prevê que os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível. A Lei 8.429/1992 (LIA – Lei de Improbidade Administrativa), que regulamentou o tema, sofreu, recentemente, substancial alteração legislativa. Assinale, abaixo, a alternativa INCORRETA, tendo em vista as recentes modificações legais.

a) As recentes alterações na LIA foram relevantes, a ponto de haver mudança, inclusive, na própria ementa da lei.

b) Uma das alterações mais substanciais diz respeito à exclusão da possibilidade de ato culposo de improbidade administrativa.

c) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, não afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

d) No caso de atos de menor ofensa aos bens jurídicos tutelados pela LIA, a sanção limitar-se-á à aplicação de multa, sem prejuízo do ressarcimento do dano e da perda dos valores obtidos, quando for o caso, nos termos legais.

32. A Constituição da República de 1988 (CR/88) estabelece que os servidores públicos possuem direito à greve e que este será exercido nos termos e limites definidos em lei específica. No que diz respeito ao tema, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), é CORRETO afirmar que:

a) Em razão de não ter sido editada a lei específica a regulamentar o direito de greve dos servidores públicos, o STF tem entendimento pacificado no sentido de que, havendo deflagração de greve por parte dos servidores públicos, devem ser aplicadas as mesmas regras a que se sujeitam os trabalhadores da iniciativa privada, sendo, portanto, em regra, proibido o desconto dos dias de paralisação.

b) A justiça comum, em regra, federal ou estadual, é competente para julgar a abusividade do direito de greve dos servidores públicos, excetuando-se o caso de a greve ser deflagrada por servidores públicos celetistas, hipótese em que compete à Justiça do Trabalho decidir.

c) Apesar de o direito de greve ter envergadura constitucional, o seu exercício é absolutamente vedado aos policiais civis e a todos os servidores que atuem, de forma direta, na área de segurança pública.

d) A administração pública poderá proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, ainda que a greve, por si só, não suspenda o vínculo funcional.

33. A respeito do tema “Plano Diretor Municipal”, com base na Lei 10.257/2001, assinale, abaixo, a alternativa INCORRETA.

a) A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

b) O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

c) O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.

d) No caso de cidades com mais de quinhentos mil habitantes, poderá ser elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor e obrigatoriamente nele inserido.

34. No que diz respeito à usucapião especial, prevista na Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), assinale, abaixo, a alternativa CORRETA.

a) Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por dez anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

b) Na ação de usucapião especial urbana, a intervenção do Ministério Público é facultativa.

c) Os núcleos urbanos informais existentes sem oposição há mais de cinco anos e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

d) A usucapião especial coletiva de imóvel urbano será declarada pelo juiz, mediante sentença, a qual servirá de título para registro no cartório de notas correspondente.

35. Os recursos públicos geridos pelo PARANACIDADE e a execução do Contrato de Gestão estão sujeitos ao controle externo do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado. A esse respeito, com fulcro na Lei Estadual 15.211/2006, é INCORRETO afirmar que:

- a) As contas do PARANACIDADE serão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado.
- b) Sem prejuízo da atividade normal do controle externo, o PARANACIDADE, encaminhará anualmente ao Tribunal de Contas do Estado, até 30 de abril de cada ano, a prestação de contas dos recursos públicos aplicados.
- c) A prestação de contas abrangerá relatório sobre a execução das atividades previstas no Contrato de Gestão, baseadas nos planos anuais de ação estratégica, nos planos de trabalho e de metas, no relatório da Comissão Especial de Avaliação, se houver, nas demonstrações contábeis e financeiras e no balanço social da entidade, observando as leis, contratos e regulamentos específicos da entidade.
- d) Anualmente e a qualquer tempo por deliberação do Conselho de Administração ou determinação do Superintendente, bem como por parte do Presidente da Assembleia Legislativa serão processadas auditorias internas e externas nas operações da entidade.

36. A respeito das receitas do PARANACIDADE, com base na Lei Estadual nº 15.211/2006, é CORRETO afirmar que:

- a) A fim de dar cumprimento aos princípios da moralidade e da impessoalidade, não se admitem como fontes de receitas recursos oriundos de doações de entidades particulares e de pessoas físicas.
- b) Constituem receitas do PARANACIDADE recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional.
- c) Eventuais superávits verificados na apuração de resultados dos exercícios financeiros da entidade deverão, necessariamente, ser repassados ao FDU (Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano).
- d) Não são consideradas receitas os juros de aplicações de recursos do PARANACIDADE no mercado financeiro.

37. Com base na Lei Estadual 15.608/2007, que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná, especialmente sobre o instrumento jurídico do credenciamento, é CORRETO afirmar que:

- a) Credenciamento é ato administrativo de chamamento público, processado por edital, destinado à contratação de serviços junto àqueles que satisfaçam os requisitos definidos pela Administração, observado o prazo de publicidade de no mínimo 15 (quinze) dias úteis e no máximo de 30 (trinta) dias úteis.
- b) A Administração Estadual não poderá adotar o credenciamento para situações em que o mesmo objeto possa ser realizado simultaneamente por diversos contratados.
- c) Admite-se a possibilidade de rescisão do ajuste, pelo credenciado, dentro do prazo improrrogável de 10 dias úteis, a partir da conclusão do credenciamento, mediante notificação à Administração.

- d) O pagamento dos credenciados será realizado de acordo com a demanda, tendo por base o valor pré-definido pela Administração, vedada a utilização de tabelas de referência.

38. Os Objetivos do Desenvolvimento Urbano Sustentável (ODUS) capitaneados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) são considerados fundamentais para a construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Assinale, abaixo, a alternativa que NÃO indica um dos objetivos.

- a) Saúde pública e universal.
- b) Águas urbanas para a vida.
- c) Cidade educadora.
- d) Patrimônio, identidades e saberes regionais.

39. A Constituição da República de 1988 (CR/88) prevê que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos. Os consórcios públicos são, portanto, importantes instrumentos jurídicos postos à disposição dos entes federativos. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- b) A alteração ou a extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante decreto do Poder Executivo de todos os entes consorciados.
- c) O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.
- d) É nula a cláusula do contrato de consórcio que preveja determinadas contribuições financeiras ou econômicas de ente da Federação ao consórcio público, salvo a doação, destinação ou cessão do uso de bens móveis ou imóveis e as transferências ou cessões de direitos operadas por força de gestão associada de serviços públicos.

40. Assinale a alternativa CORRETA, com base no Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/2015).

- a) A criação de uma região metropolitana, de aglomeração urbana ou de microrregião deve ser sucedida de estudos técnicos e audiências públicas que envolvam todos os Municípios pertencentes à unidade territorial.

b) A instituição de região metropolitana ou de aglomeração urbana que envolva Municípios pertencentes a mais de um Estado será formalizada mediante a aprovação de leis ordinárias pelas assembleias legislativas de cada um dos Estados envolvidos.

c) A lei estadual que instituir o plano de desenvolvimento urbano integrado de região metropolitana ou de aglomeração urbana deverá ser revista, pelo menos, a cada 10 (dez) anos.

d) O plano de desenvolvimento urbano integrado de região metropolitana ou de aglomeração urbana deverá considerar o conjunto de Municípios que compõem a unidade territorial urbana, mas não englobará as áreas rurais, sujeitas à regime jurídico próprio.

GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

| | | | | | | | | | | | | | | |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |